

"Voga picada": disciplina, contravenção e castigo na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910-1945)

Raul Coelho Barreto Neto *

Resumo

Criada em 1855, a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia era, na primeira metade do século XX, uma das poucas alternativas à formação do jovem de baixa renda no estado. Neste trabalho, parte de um estudo mais amplo, inicialmente analisamos como a Escola se estruturava quanto à hierarquia e disciplina, destacando seus principais mecanismos de controle e vulnerabilidades. Em seguida, identificamos as faltas mais comuns praticadas pelos internos, bem como as possíveis razões que os levavam a cometê-las e as penalidades a eles aplicadas por seus superiores. Por fim, lançando nosso olhar para as ruas de Salvador, percebemos que, apesar da maior liberdade gozada pelos recrutas, a vigilância dos militares também era exercida no espaço externo. Assim, livrar-se dos “voga picada”, assíduos fiscais dos bares e bordéis, consistia em mais um aprendizado da vida maruja que se iniciava.

Palavras-chave: Marinha do Brasil – História; Escolas de Aprendizes-Marinheiros; Educação – História.

Abstract

Created in 1855, the School of Apprentice-Sailors of Bahia was, in the first half of the 20th century, one of the few alternatives to the formation of low-income boys in the state. In this work, part of a broader study, we initially analyze the School's hierarchy and discipline structure, including its main mechanisms of control and vulnerabilities. Next, we identify the most common violations committed by the students, the possible reasons that led them to commit these acts and the penalties applied to them by their superiors. Finally, watching the streets of Salvador, we realize that, despite the greater freedom enjoyed by the recruits, the surveillance of the military was also performed in external space. Thus, get rid of the "voga picada", dedicated spies of bars and brothels, was another learning of the sailor's life that was starting.

Keywords: Brazilian Navy – History; Schools of Apprentice-Sailors; Education – History.

Introdução

No dia 30 de novembro de 1915, o campo de futebol da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia foi palco de um dos mais trágicos episódios da história daquela instituição. Após uma discussão, o aluno Severino Claudino Franco apoderou-se de uma pedra e atirou-a em seu colega Pedro de Andrade. Gravemente atingido na cabeça, o jovem recruta logo estaria banhado em sangue. Recebendo os primeiros-socorros por parte de dois

* Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, pós-graduado em Comunicação Social pela *University of North London* e professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências (Salvador/BA).

médicos que se encontravam na casa, Pedro chegou a ser conduzido em uma ambulância ao Hospital Militar, nas Pitangueiras, aonde veio a falecer. No dia seguinte, cercado por flores e capelas, seu corpo seguiu em bonde da Linha Circular até o cemitério do Campo Santo, local do sepultamento. Composto o cortejo estavam militares da Escola, inclusive seu comandante, tenente Virgílio de Mesquita Barros (BPEB, *Diário de Notícias*, 2 dez. 1915:5).

Pouco após o incidente, o comandante Barros designou seu imediato, Aníbal Sales, para presidir o Inquérito Policial Militar (IPM) a ser instaurado e que investigaria os fatos. Em seguida, enviou uma carta ao chefe de Polícia e Segurança Pública do estado comunicando o desligamento do aluno Severino e a transferência de sua custódia às autoridades competentes, após breve detenção no cruzador-torpedeiro *Tamoio*. Além do ofício, acompanhou o menor a arma do crime, posteriormente remetida para perícia no Instituto Médico-Legal. Coube ainda à direção da Escola a tarefa de comunicar aos genitores do ex-aprendiz homicida, residentes na Paraíba, o trágico ocorrido, bem como enviar a estes um vale postal no valor de 40150 réis, referente ao pecúlio formado por seu filho (APEB, cx. 5, maço 1, f. 13; e AM, estante 12096, documentos sem numeração).

Dias após a prisão de Severino no quartel dos Aflitos, o delegado da 2ª Circunscrição Policial, responsável pelo caso, deu início à convocação das testemunhas. Dentre elas encontramos o próprio oficial Sales, presidente do IPM, dois enfermeiros, além do recruta 127, de nome por nós desconhecido. Concomitantemente, o ilustre major Cosme de Farias solicitava, junto ao Tribunal de Justiça, o *habeas corpus* do jovem. Alegando irregularidades no processo, para ele o foro civil era incompetente para julgá-lo, haja vista o delito ter sido cometido em praça militar e entre iguais. Apesar dos esforços de Farias, seu cliente terminou enquadrado no artigo 294 do Código Penal em vigor (o de 1890), respondendo por homicídio simples e culposo (AM, estante 12096, documentos sem numeração; BPEB, *Diário de Notícias*, 14 dez. 1915:5; 13 jan. 1916:5).

Séria e polêmica, a situação protagonizada por Severino Franco mobilizou a redação do *Diário de Notícias* por algumas semanas. Até o princípio de janeiro do ano seguinte, várias foram as notas publicadas neste periódico relacionadas a ela, sendo-nos possível acompanhar os seus principais lances. A partir da segunda quinzena daquele mês, porém, as páginas do jornal infelizmente calam-se a respeito do destino do menor, inclusive sobre o veredicto do seu provável julgamento. Não sabemos o que a ele aconteceu. Seja como for, o fato é que, ao atirar aquela famigerada pedra, Severino feriu não só o seu companheiro. Bem mais que isso, sua ação atingiria de maneira das mais extremas um elemento-chave tradicionalmente zelado pela Escola de Aprendizes e pelo universo militar como um todo: a disciplina.

Sobre a hierarquia e a disciplina

Estruturada de forma semelhante a um navio de guerra, a hierarquia da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia era composta por um estado-maior, do qual faziam parte o comandante, o imediato, demais oficiais, mestres e professores, e um estado-menor, integrado pelo fiel, instrutores militares e demais praças. Na base da pirâmide situavam-se os jovens recrutas (AM, gav. 008, rel. 294, cx. 161:45-46). Para alguns analistas, contudo, os militares deveriam receber destaque dentre aqueles que compunham a cúpula dos centros de ensino navais. No ano de 1925, por exemplo, Augusto Vinhaes argumentava que seus pares, oficiais, possuíam “mais extenso campo de atividade educadora e maiores responsabilidades que os professores civis”, visto serem “chamados a agir entre conjunto de homens no vigor da idade” (VINHAES, 1925:580).

Quanto à rotina dos internos, esta, igualmente, mantinha muitas semelhanças com a vida em alto-mar. Nas décadas de 1930 e 1940, ela organizava-se da seguinte forma: alvorada às cinco horas da manhã, higiene, rancho (café), ginástica (por meia hora, seguida do banho de mar), formação por divisões em frente à Escola, divisão e execução de tarefas e faxinas, rancho mais elaborado às 7h30, descanso, parada militar, transmissão de ordens às oito da matina e hasteamento do pavilhão nacional. Em seguida era efetuada a distribuição por salas de aulas, sendo três delas ministradas pela manhã. À tarde, ocorriam lições técnicas voltadas às especialidades de sinais, artilharia, máquinas, manobras torpedos e outras. Às 16 horas era tocado o “volta às aulas”. Às 17h30 se iniciavam as atividades esportivas, seguidas do banho, rancho, e da banca de estudos até as 20h45. Ao final do dia, tomavam chá mate e seguiam para o dormitório. Fugir a essa agenda, de um modo geral, apenas nas folgas ou férias de fim de ano (BPEB, *Diário de Notícias*, 15 dez. 1937:1; e PALMA NETTO, 1984:40-41).

Abrindo-se um parêntese, devemos observar que um dos fatores que punham em xeque a manutenção da ordem na Escola era a sistemática vacância de funções. Somente ao longo de um recorte de seis anos, entre 1923 a 1929, ela permaneceu sem um oficial imediato em três oportunidades. Já no biênio 1933-1934, a instituição se ressentia da falta de alguns profissionais para completar o quadro de instrutores militares (ALMANAQUE do pessoal da Marinha, 1923, 1926, 1929, 1933 e 1934:436, 583, 927, 746 e 756). No que se refere aos professores normalistas, apenas as turmas mais adiantadas os tinham em 1912. Os iniciantes estavam a cargo de dois sargentos auxiliares, o que tornava o ensino “defeituoso”, segundo o

vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em virtude da “pouca instrução” destes últimos (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1913:110).

Obedecer a um cronograma de atividades era apenas um dos itens que faziam parte do código disciplinar. Em 1939, o processo de “formação moral” dos jovens era avaliado através de vários outros critérios, dentre eles a “apreciação bimestral da aptidão para a carreira, garbo militar, entusiasmo profissional e acentuada correção de conduta, uniformes e atitudes”. Essas notas eram concedidas por um conselho constituído pelo comandante e demais oficiais da escola, sendo que lograriam aprovação somente aqueles alunos que alcançassem média não inferior a quatro. Era justamente levando em conta a lisura moral dos rapazes, aliada ao seu aproveitamento técnico, que a direção estabelecia uma hierarquia entre eles, conferindo-lhes as patentes de sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento e cabo. Válidas unicamente durante o curso, essas graduações davam direito a uma gratificação fixada pela Armada (REGULAMENTO para as Escolas de Aprendizes, 1939:5-7).

Outro modo de se agraciar os jovens de “boa” postura era outorgando-lhes a medalha relativa ao prêmio *Marcílio Dias*, criado na primeira passagem do almirante Alexandrino de Alencar pelo Ministério da Marinha (1906-1910). Concedida anualmente ao melhor aprendiz nacional, a escola da Bahia teve como representante em 1937 o interno de número 88, César Orlando Salles, eleito então o mais distinto daquela unidade. Além disso, os três alunos mais bem colocados de cada centro de ensino eram convidados a realizar uma viagem de instrução no navio-escola *Almirante Saldanha* (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1914:196; e BPEB, *Diário de Notícias*, 15 dez. 1937:1;3). O governo do estado, por sua vez, também realizava condecorações anuais. Em 1925, na gestão Góes Calmon, foram instituídas três insígnias (ouro, prata e bronze) a serem oferecidas àqueles que obtivessem as melhores notas. Os primeiros agraciados foram, pela ordem, os recrutas Arlindo Costa, Antonio Joaquim Ribeiro e João da Costa Pinheiro (RELATÓRIO do ministro da Marinha, 1926:29).

Se por um lado havia os aprendizes que cumpriam satisfatoriamente as regras determinadas pelos militares, por outro existiam os que não se ajustavam de modo adequado às mesmas. A estes aprendizes, dentro daquilo o que Michel Foucault identifica como “duplo sistema de gratificação-sanção” estimulado no espaço disciplinar, não caberia qualquer troféu ou medalha (FOUCAULT, 1987:150). Pelo contrário. A seguir, nos dedicaremos a verificar alguns tipos de infração cometidos pelos internos, bem como as penalidades a eles aplicadas. Mais que isso, tentaremos nos aproximar das relações desenvolvidas no interior da Escola, buscando perceber, dentre outros aspectos, os motivos que levavam tantos meninos a se insurgirem contra as normas estabelecidas.

Algumas infrações e penalidades

O controle sobre os recrutas se iniciava por aspectos básicos como a observância da adequação e cuidado com o fardamento. Duas vezes citado no livro de contravenções em 8 de novembro de 1941, o interno Wilson de Oliveira, além de ter sido encontrado descalço por um superior, havia se apresentado à guarda “com a roupa suja” naquele dia. Pelas falhas, acabou penalizado com a perda de duas licenças (AM, estante 26432:60). Essa aparente falta de comprometimento estendia-se também à sala de aula. Em 14 de fevereiro de 1941, os alunos 50, 86, 122 e 128, Tales Garcia, Paulo Caetano, Edgar Lima e Alberto Oliveira, “faziam algazarra” durante as explicações do professor, “não obstante serem observados pelos mais antigos”. Pela má conduta, a cada um deles foi aplicado um serviço de castigo. Situação parecida promoveu o aprendiz 74, João de Oliveira, denunciado em outubro de 1940 por, além de soltar aviões de papel durante a aula, fazer “gestos indisciplinados” mesmo após ser repreendido (AM, estante 26430:7;34).

Se por um lado muitos dos passatempos praticados pelos aprendizes condiziam com a sua faixa etária quase infantil, por outro existiam aqueles que pareciam introduzi-los no mundo dos adultos; auxiliá-los a se afirmarem socialmente perante os colegas e superiores. Em 15 de dezembro de 1938, nos deparamos com o caso do interno 71, Lourival Villa Maior. Este, mesmo sabendo ser proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, segundo os apontamentos do sargento João Conceição, foi surpreendido na oportunidade com uma garrafa em seu poder. Levando-se em conta as “48 horas de prisão rigorosa” a que foi condenado, vemos o quão grave era esse tipo de falta (AM, estante 26428:16).

Bem mais numerosos são os registros de alunos apreendidos por estarem fumando. Quase dois meses antes de o seu companheiro Lourival ser flagrado com bebida, Rubens Evangelista fora citado por ter sido visto pitando duas vezes – no passadiço e nas privadas dos aprendizes, respectivamente – em 18 de outubro. “Por ficar em abandono”, este último local era o preferido dos meninos. As maneiras de se burlar a vigilância eram diversas. Apesar das recomendações para que não recebesse carteiras de cigarros dos licenciados que regressavam da rua, com Antonio Amorim, vigia do setor norte em 15 de maio de 1939, foram encontrados maços sigilosamente entregues a ele por seus colegas Álvaro Moinhos e Valdir da Silva. Caso a sentinela não tenha agido sob coação, seu gesto demonstra que, em determinadas situações, existia certa cumplicidade entre os aprendizes (AM, estante 26428:4-5;50).

No que se refere aos entretenimentos que fugiam ao cronograma estabelecido, os banhos de mar fora do horário, tão convidativos em uma cidade como Salvador, aparecem

como um dos prediletos. Pela violação, Wilton Schmith foi sentenciado a prestar duas horas de serviço noturno, em abril de 1939. Em 2 de janeiro daquele ano, as atividades aquáticas já tinham proporcionado conseqüências um pouco mais sérias. Durante uma aula de natação, os alunos 12 e 40, Jair Pinheiro e Ariosto Vieira Coutinho, “davam caldos” nos novos alistados, sendo castigados com oito horas de serviço e oito dias de impedimento, respectivamente. De acordo com o sargento José Freire, responsável pelas anotações, Coutinho, além de incidir na mesma falta, foi ainda mais longe, afirmando que, mesmo após ser repreendido, não “deixaria de ‘dar caldos’” nos estudantes recém-chegados (AM, estante 26428:19-20;48).

As brincadeiras de mau gosto e perseguições a colegas, além de variadas, eram muito freqüentes na rotina da Escola. Em 21 de maio de 1941, o sargento Paula Rosa escrevia que, depois de apuração por ele realizada, descobriu-se que o recruta número 8, Souza Cairo, era o autor de uma série de sabotagens nas macas de seus companheiros. Já em março de 1940, sem razão aparente, o menor Washington Quadros foi denunciado por chamar um de seus colegas “de veado, na presença do cabo de serviço”. Sua pena: um dia de impedimento. Nem mesmo os rapazes responsáveis pela ordem eram respeitados por seus iguais. Em 23 de setembro do ano seguinte, por ter sido alertado pelo encarregado da turma, aprendiz 111, em virtude de estar “conversando em aula”, o aluno Antonio Carlos reagiu inadequadamente, mandando-o “tomar num certo lugar” (AM, estantes 26429:14; 26431:1; e 26432:9).

Em várias situações, incapazes de resolver as pendências existentes entre os meninos, os insultos e discussões acabavam se transformando em agressões físicas. Em fevereiro de 1939, Raimundo Amâncio e João Gomes foram incluídos no livro em virtude de terem sido achados em luta corporal no alojamento, após o toque de silêncio. No ano seguinte, seria a vez das duplas Paulo Santana e Wilson Azevedo, e Haroldo Amaral e Wilson Guimarães serem citadas pelo mesmo motivo. Mais adiante, em 13 de maio de 1941, os recrutas sete, 117 e 121 deixaram de comparecer à faina para atacar a “socos e pedradas” o seu colega 87, recebendo como pena a perda de uma licença. Mais tarde, a vítima confessaria ser diariamente assediada pelo trio (AM, estantes 26428:29; 26429:10;67; e 26430:96).

Na documentação analisada, não foram descobertos episódios de agressões físicas de aprendizes contra seus superiores. Por outro lado, os atos de deboche e desacato direcionados a estes eram faltas praticamente diárias. Em anotação de maio de 1941, o sargento Durval Lima expunha que, ao passar por um grupo de sete recrutas, os mesmos “soltaram risadas” pelo fato de o aluno 102 ter “dito palavras” à sua pessoa. De modo similar, em outubro de 1938 o jovem Afonso Costa foi delatado pelo sargento Damásio em função de ter procurado ridicularizar-lhe perante seus colegas, chamando-o de girafa, “em voz alta”. Este menor seria

protagonista de nova afronta dois meses depois. Ao receber ordem para uniformizar-se, ele, além de desobedecê-la, desafiou o encarregado, dizendo-lhe que “só podia botá-lo no livro e que pancada não lhe dava” (AM, estantes 26428:2;16; e 26430:94).

Entre o final da década de 1930 – quando Afonso recebeu sua punição – e início da de 1940, o encarceramento aparece formalmente como a pena mais severa aplicada aos internos da Escola. A considerar não só a frase atribuída ao referido aluno, como também o próprio amadurecimento organizacional alcançado pela Armada, é provável que casos como o veiculado no *Diário de Notícias*, em setembro de 1910, já tivessem sido superados. No dia 26 daquele mês, portanto em momento anterior à Revolta dos Marinheiros, o jornal denunciava que a instituição continuava a “infringir castigos de há muito abolidos” nas classes militares. Na sexta-feira, 23, enquanto um aluno havia levado 400 bolos, outro, por razões ignoradas, fora surrado com 60 chibatadas. Coincidência ou não, no dia seguinte o comandante da casa, capitão-de-corveta Bernardino Coelho, seria exonerado do cargo (BPEB, *Diário de Notícias*, 26 set. 1910:1; e 27 set. 1910:5; e AM, estante 12091, documento sem numeração).

Outra discussão concerne às razões que levavam os aprendizes a assumirem tantos comportamentos inapropriados. Em primeiro lugar, podemos apontamos a faixa etária dos alunos. Afinal, é difícil concebermos a manutenção da disciplina em um ambiente habitado por dezenas de jovens de 14 ou 15 anos, idades, em geral, marcadas por muitas pilhérias e poucas responsabilidades. Além disso, parte deles chegava à Marinha forçadamente, fosse por intermédio dos pais, tutores ou representantes do Estado. Insatisfeitos com tal medida e sem conseguir encontrar a menor sintonia com a vida naval, supomos que alguns procurassem forçar sua exclusão através de indolências e confrontações. Quanto a certas faltas, em especial as agressões físicas e verbais, podemos compreendê-las como um modo de os jovens se auto-afirmarem e se defenderem de um mundo por vezes estranho e hostil.

Para além das grades navais

A forma mais comum dos aprendizes ganharem as ruas da capital baiana era por meio das licenças a que tinham direito, geralmente gozadas nos finais de semana. Muitos jovens, porém, abusavam desse benefício, excedendo o tempo de folga que recebiam. Outro modo de ausentar-se da instituição – este ilegal – era através das fugas. Em 28 de setembro de 1939, encontramos o caso dos aprendizes Orlando Silva e Antonio Amorim, que se evadiram para terra após o silêncio e apenas retornaram à 1h30 da madrugada. A dupla acabou punida com quatro horas de serviço noturno durante duas semanas. Essas escapadas poderiam igualmente ocorrer por via marítima. Na noite de 16 de agosto de 1940, os internos Artur Ribeiro da Silva

e José Santiago conseguiram burlar a vigilância do praça de serviço e afastaram-se da Escola a bordo do bote *Baleia* (AM, estantes 26428:89 e 26429:88).

Independente de onde estivessem, as chances dos alunos serem encontrados por algum superior “voga picada” disposto a repreendê-los e/ou denunciá-los ao Comando da Escola era significativa.¹ Em um destes episódios, ocorrido em fevereiro de 1941, um grupo de seis recrutas terminou flagrado pelo sargento Paula Rosa quando viajava indevidamente no estribo de um bonde. Passados cinco meses, nos deparamos com o caso do aprendiz 13, Francisco Silva, que, não satisfeito em transitar pela cidade sobre o degrau do trem, ainda o fazia com um cigarro na boca. Surpreendido pelo sargento Durval Lima, seria preso por 48 horas em virtude da dupla violação (AM, estantes 26430:40; e 26431:51).

O exercício desse controle em tempo integral pode ser visto a partir de uma discussão trazida à tona por José Murilo de Carvalho. Tratando das organizações militares de um modo geral, ele afirma que estas possuem existência própria e são dotadas de grande complexidade. Propõe que, pelo fato de “envolverem todas as dimensões da vida de seus membros” e requererem destes “uma radical transformação de personalidade”, elas se adequam àquilo que Erving Goffman aponta em seus estudos como “instituições totais” (CARVALHO, 2005:13). Recorrendo ao sociólogo, este nos diz que

uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974:11).

Mais adiante, Goffman nos apresenta uma subdivisão dessas instituições. Na listagem daquelas que, segundo ele, são criadas “com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, encontram-se os quartéis, navios e escolas internas (GOFFMAN 1974:16-17).

Nem mesmo nas situações mais íntimas os menores conseguiam se livrar da vigilância imposta pelos militares. Conforme notificação realizada em 31 de abril de 1940 pelo cabo Arlindo Soledade, o aluno 69, Gilcepe dos Santos Araújo, havia sido por ele encontrado, às 21 horas da noite anterior, em uma das casas do baixo meretrício que funcionavam na área. O rapaz foi então chamado pelo praça, o qual tentou fazê-lo “sentir e compreender que aquele local lhe era impróprio”. Assim como as visitas a bordéis, o consumo de bebidas alcoólicas era outro problema grave. Neste sentido, o caso envolvendo o aluno 76, Mário Costa Sousa, é emblemático. Em abril de 1941, o próprio comandante da Escola, Mário Câmara Hoffmann,

¹ Na gíria marinheira, “voga picada” ou “rosca fina” denomina o superior – oficial ou praça – que é exigente na observância das normas e regulamentos, bem como na execução das fainas e tarefas (LYRA, 1999:32).

expunha no livro de infrações ter tido a notícia, através do sargento Conceição, que o referido menor “achava-se embriagado em terra, na residência de conhecidos seus, portando-se de maneira inconveniente” (AM, estantes 26429:35; e 26430:78).

Ébrios ou não, as chances dos recrutas se envolverem em questões mais sérias eram similarmente consideráveis. Em 15 de janeiro de 1939, por exemplo, João dos Santos teve seu nome adicionado ao diário por ter “provocado desordem” na lavagem da igreja do Bonfim. Quase três meses mais tarde, seria a vez do seu colega Waldir Marques também ser punido, pelo fato de ter “desacatado a autoridade dos guardas” por ocasião de uma partida de futebol no campo da Graça. Já em fevereiro de 1941, o interno 87, Antonio Carlos Mattos, teve duas licenças caçadas por ferir o rosto de um menino que transitava pela rua Chile. A ocorrência, entretanto, infelizmente não traz maiores detalhes sobre a refrega (AM, estantes 26428:23;44; e 26430:40).

Ser um aprendiz-marinheiro nas ruas de Salvador, porém, não se resumia a embriagar-se com os amigos, conquistar novos amores ou enfrentar grupos rivais. Logo em sua primeira folga como recruta, João Palma Netto, ao chegar em casa, satisfez de imediato seu “desejo de ser visto fardado” pelos familiares. Em seguida, ganhou novamente os logradouros da capital “sem propósito”, apenas para perambular e exibir seu uniforme. Andou, diz, “até que os calos produzidos pelas botinas novas e grosseiras quase tolhessem os passos” (PALMA NETTO, 1984:39). Neste caso, notamos que ser um aspirante à Marinha de Guerra nacional para além dos muros da Escola poderia também significar uma espécie de suntuosidade; uma maneira dos meninos, dentro de sua pobreza material, se fazerem notados por uma sociedade muitas vezes incompreensível e repleta de contradições.

Fontes

Arquivo da Marinha (AM):

ALMANAQUE do pessoal da Marinha (referentes a 1923-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1924-1935.

LIVRO de contravenções disciplinares dos alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (referentes a 1938-1942). Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428-26432.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910 e 1915). Divisão de Documentos Escritos, estantes 12091 e 12096.

REGULAMENTO para as escolas de aprendizes. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928).

Chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161.

RELATÓRIO do ministro da Marinha ao presidente da República (referentes a 1913, 1914 e 1926). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1914, 1915 e 1927.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB):

OFÍCIOS recebidos pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. Setor Republicano, cx. 5, maço 1.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB):

Diário de Notícias, Salvador, 26 e 27 set. 1910; 2 e 14 dez. 1915; 13 jan. 1916 e 15 dez. 1937.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LYRA, Márcio de Faria Neves Pereira de. *Tradições do mar: usos, costumes e linguagem*. Brasília: SRPM, 1999.

PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984.

VINHAES, Augusto. A educação do pessoal. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 4, p. 569-601, out. 1925.